



Simulado Final

TRT 15

Analista Judiciário – Área Judiciária
Oficial de Justiça Avaliador Federal

Pós-Edital

Simulado

Simulado Final TRT-15 (AJAJ - Oficial de Justiça Avaliador Federal)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Judiciária - Oficial de Justiça Avaliador Federal do TRT-15**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/bPdPDTc5ZJfSowu9>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/94HF>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas***TEXTO 01**

Em 2018 a pessoa comum sente-se cada vez mais irrelevante. Um monte de palavras misteriosas são despejadas freneticamente em TED Talks, *think tanks* governamentais e conferências de alta tecnologia — globalização, *blockchain*, engenharia genética, inteligência artificial, aprendizado de máquina —, e as pessoas comuns bem podem suspeitar que nenhuma dessas palavras tem a ver com elas. A narrativa liberal era sobre pessoas comuns. Como ela pode continuar a ser relevante num mundo de ciborgues e algoritmos em rede?

No século XX, as massas se revoltaram contra a exploração e buscaram traduzir seu papel vital na economia em poder político. Agora as massas temem a irrelevância e querem freneticamente usar seu poder político restante antes que seja tarde. O Brexit e a ascensão de Trump poderiam, assim, demonstrar uma trajetória contrária à das revoluções socialistas tradicionais. As revoluções russa, chinesa e cubana foram feitas por pessoas que eram vitais para a economia, mas às quais faltava poder político; em 2016, Trump e Brexit foram apoiados por muita gente que ainda usufruía de poder político, mas que temia estar perdendo seu valor na economia. Talvez, no século XXI, as revoltas populares sejam dirigidas não contra uma elite econômica que explora pessoas, mas contra a elite econômica que já não precisa delas. Talvez seja uma batalha perdida. É muito mais difícil lutar contra a irrelevância do que contra a exploração.

(Fonte: HARARI, Yuval Noah. 21 lições para o século 21. Companhia das Letras. 2018. Adaptado)

1. No primeiro parágrafo do texto, afirma-se, essencialmente, que

- a) o sentimento de irrelevância tomou conta das pessoas comuns em face do avanço da narrativa liberal.
- b) a narrativa liberal conquista mais espaço ao se distanciar das pessoas comuns e estimular o progresso tecnológico.
- c) os seres humanos se sentem ameaçados com a tendência de substituição da mão de obra humana por máquinas.
- d) as terminologias do mundo digital geram um sentimento de distanciamento e exclusão nas pessoas comuns.
- e) blockchain, inteligência artificial e aprendizado de máquina são conceitos alheios à sociedade contemporânea.

2. No contexto do segundo parágrafo, a frase *É muito mais difícil lutar contra a irrelevância do que contra a exploração*

- a) dá como irreversível a perda de espaço das massas no contexto econômico atual.
- b) demonstra a transição da natureza das revoltas populares no século XXI.
- c) atesta que a exploração econômica não perdura mais no século XXI.
- d) ameniza a gravidade das condições de exploração vividas por trabalhadores no século passado.
- e) vislumbra a luta popular apenas no campo político, como no Brexit e na ascensão de Trump.

3. A partir do texto, afirma-se corretamente:

- a) A crase *mas às quais faltava poder político* (2º parágrafo) é facultativa e pode ser suprimida.
- b) A vírgula colocada imediatamente após “assim” pode ser suprimida, sem prejuízo da correção gramatical em *O Brexit e a ascensão de Trump poderiam, assim, demonstrar uma trajetória contrária à das revoluções socialistas tradicionais*. (2º parágrafo)
- c) O elemento sublinhado em *Como ela pode continuar a ser relevante num mundo de ciborgues e algoritmos em rede?* (1º parágrafo) refere-se à “pessoa comum”.
- d) No segmento *demonstrar uma trajetória contrária à das revoluções socialistas tradicionais* (2º parágrafo), o emprego da crase indica a elipse da palavra “trajetória”.
- e) O elemento sublinhado em *mas contra a elite econômica que já não precisa delas* (2º parágrafo) refere-se às revoltas populares.

4. *As revoluções russa, chinesa e cubana foram feitas por pessoas que eram vitais para a economia.*

Transpondo-se a frase acima para a voz ativa, a forma verbal resultante deverá ser:

- a) fazem
- b) faziam
- c) fizeram
- d) são feitas
- e) fizessem

5. A expressão sublinhada deve sua flexão ao verbo em negrito em:

- a) *Trump e Brexit **foram apoiados** por muita gente.*
- b) *A narrativa liberal **era** sobre pessoas comuns.*
- c) *nenhuma dessas palavras **tem** a ver com elas.*
- d) *mas às quais **faltava** poder político.*
- e) *Agora as massas **temem** a irrelevância.*

6. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:

- a) *Blockchain*, tecnologia capaz de garantir a segurança de dados virou alvo de práticas criminosas.
- b) Convém afirmar, que a globalização tem encurtado a distância entre as pessoas ao redor do mundo.
- c) Faz pouco tempo, em que a inteligência artificial, era coisa só de livro de ficção científica.
- d) Os processos e métodos envolvidos na engenharia genética, lidam com dilemas éticos.
- e) O perigo não está na humanização da máquina; mas, na mecanização do ser humano.

7. É adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:

- a) A homenagem não fez jus da memória do artista.
- b) Não há referência alguma à informações privilegiadas.
- c) Visando na sonhada aposentadoria, decidi abrir uma poupança.
- d) O político se mostrava alheio com a população.
- e) Os oficiais foram convocados ao conselho comunitário.

8. As normas de concordância verbal encontram-se plenamente observadas na frase:

- a) Haviam muitos anos que não vinha ao Rio de Janeiro para passear com a família.
- b) As rodovias que serão objeto de concessão para iniciativa privada estão localizadas na Bahia.
- c) Estima-se, na lei orçamentária, as receitas a serem arrecadadas durante o exercício financeiro.
- d) Faz parte do jogo político negociar e debater ideias na arena pública.
- e) Sobre os recentes acontecimentos não cabe manifestações de apreço algum.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Eduardo Mocellin

9. Uma prova de Raciocínio Lógico-Matemático foi constituída de cinco questões, que devem ser respondidas com verdadeiro (V) ou falso (F). A tabela a seguir mostra as respostas assinaladas por quatro estudantes:

Estudantes	Questões				
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
Lauro	F	F	V	F	F
José	F	V	V	F	V
Miguel	V	F	V	F	V
Paulo	V	F	F	V	F

Sabe-se que um dos quatro estudantes acertou todas as questões, outro errou todas as questões e outro acertou somente duas. O número de respostas certas do estudante que restou foi:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

10. Observe a sequência de figuras a seguir:



A próxima figura da sequência é:

a)



b)



c)



d)



e)



11. A negação da afirmação “se estou doente, então não jogo bola” é:

- a) Se jogo bola, então não estou doente.
- b) Não estou doente ou não jogo bola
- c) Estou doente ou jogo bola
- d) Jogo bola e estou doente.
- e) Jogo bola e não estou doente

**NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA***Géssica Ehle*

12. Bia, pessoa com deficiência, inscreveu-se em um curso de extensão em Direitos Humanos em uma Faculdade privada de sua cidade, grande evento que se realizaria em um amplo auditório e contava com ampla promoção. Chegada a data da primeira aula, Bia sentou-se junto à plateia e aguardou pelo início das palestras. Já no instante que o primeiro palestrando sobe ao palco, Bia percebe que nenhum intérprete da Libras o acompanhou em suas falas iniciais.

Inquieta com a situação, Bia procura a coordenação do evento a fim de questionar sobre a falta de acessibilidade. Joana, coordenadora do curso, a recebeu com extrema aspereza, respondendo que não havia tradutor algum contratado e indicando que Bia assistisse o evento e se contentasse em poder ali estar, pois pessoas como ela são um fardo para a sociedade.

Diante do que dispõe a Lei n. 13.146/2015, a fala de Joana configurou uma barreira

- a) nas comunicações
- b) urbanística
- c) tecnológica
- d) atitudinal
- e) intergeracional

13. Nos termos do Decreto n. 3.298/1999, que dispunha sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, ainda à luz do paradigma da integração social, assinale a alternativa que apresenta um dos objetivos da mencionada Política.

- a) desenvolvimento de ação conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração da pessoa portadora de deficiência no contexto socioeconômico e cultural

b) garantia da efetividade dos programas de prevenção, de atendimento especializado e de inclusão social.

c) respeito às pessoas portadoras de deficiência, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados, sem privilégios ou paternalismos.

d) ampliar as alternativas de inserção econômica da pessoa portadora de deficiência, proporcionando a ela qualificação profissional e incorporação no mercado de trabalho

e) o fomento à formação de recursos humanos para adequado e eficiente atendimento da pessoa portadora de deficiência

CÓDIGO DE ÉTICA DO TRT15*Tiago Zanolla*

14. João, servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, trabalha em um setor responsável pela análise de processos administrativos. Em determinada ocasião, um superior hierárquico solicita que ele priorize o andamento de um processo específico, sem justificativa técnica, apenas para atender ao interesse pessoal de um terceiro. Diante dessa situação, de acordo com o Código de Ética do Tribunal, a conduta correta de João deve ser:

- a) Atender ao pedido imediatamente, pois ordens superiores devem ser cumpridas sem questionamentos.
- b) Recusar-se a cumprir a solicitação e denunciá-la à chefia competente.
- c) Cumprir a solicitação desde que isso não cause atraso nos demais processos sob sua responsabilidade.
- d) Solicitar que o pedido seja formalizado por escrito para, então, decidir se irá cumpri-lo ou não.
- e) Pedir autorização aos colegas de trabalho antes de tomar qualquer decisão sobre o caso.

15. Mariana, servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, foi denunciada anonimamente por um colega sob a alegação de que teria acessado e divulgado informações sigilosas sem autorização. A Comissão de Ética instaurou um processo de apuração e notificou Mariana, garantindo-lhe amplo acesso aos autos e a possibilidade de apresentar defesa. No entanto, durante o processo, Mariana soube que informações sobre a denúncia foram divulgadas publicamente, expondo-a indevidamente.

Diante dessa situação, assinale a alternativa correta:

- a) O sigilo do processo deveria ter sido mantido, e a divulgação indevida pode configurar irregularidade.
- b) A Comissão de Ética não tem obrigação de garantir sigilo nos processos, pois o interesse público deve prevalecer.
- c) O acesso aos autos é restrito à Comissão de Ética e ao denunciante, e Mariana só poderia ter acesso à decisão final.
- d) A denúncia anônima não pode fundamentar a instauração do processo, tornando o procedimento irregular.
- e) O Presidente do Tribunal deve, obrigatoriamente, aplicar sanção a Mariana antes da conclusão do processo.

REGIMENTO INTERNO DO TRT15

Tiago Zanolla

16. O Desembargador Carlos identificou a necessidade de incluir um processo na pauta de julgamento do Tribunal Pleno em caráter urgente, pois envolve uma questão relevante e de grande impacto para a jurisdição. No entanto, a pauta já havia sido definida e organizada pelo Secretário, com a aprovação do Presidente do Tribunal.

Diante dessa situação, qual é a conduta correta segundo o Regimento Interno?

- a) O Desembargador pode incluir o processo na pauta, desde que comunique previamente o Presidente do Tribunal.
- b) O Desembargador deve aguardar a inclusão na pauta seguinte, pois não há previsão para inclusão excepcional de processos.
- c) O processo só poderá ser incluído na pauta se houver aprovação unânime de todos os membros do Tribunal Pleno.
- d) O Desembargador pode requerer a apreciação do caso independentemente da pauta, desde que seja reconhecida a urgência e relevância pelo Tribunal Pleno ou Órgão Especial.
- e) O processo poderá ser incluído apenas se houver requerimento formal de todas as partes envolvidas.

17. Durante um julgamento em uma das Câmaras do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, um dos Desembargadores percebe que a tese jurídica que fundamenta sua decisão já está consolidada por Súmula do Tribunal. No entanto, outro Desembargador sugere que a jurisprudência contida na Súmula seja revisada, pois há novos entendimentos que podem levar à sua alteração.

Diante dessa situação, o que pode ser feito segundo o Regimento Interno?

- a) O Desembargador que deseja revisar a jurisprudência pode propor a revisão diretamente ao Tribunal Pleno, sem necessidade de tramitação prévia.
- b) O feito deve ser remetido à Comissão de Jurisprudência se a proposta de revisão for acolhida pelo órgão colegiado competente.
- c) A Súmula não pode ser revisada, pois uma vez aprovada, torna-se definitiva e imutável.
- d) Qualquer desembargador pode cancelar a Súmula unilateralmente, desde que justifique sua decisão.
- e) A Comissão de Jurisprudência não tem competência para sugerir alterações em Súmulas, cabendo essa atribuição exclusivamente ao Presidente do Tribunal.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Elisabete Moreira

18. As organizações formais modernas apresentam características peculiares que devem atender às necessidades estratégicas das organizações. A estrutura linear, criada por Fayol, no início do século XX, constitui-se num dos tipos mais simples de organização e, não obstante ter sido idealizada no início do século XX, ainda possui aplicação nos dias atuais. Acerca desse tipo de estrutura, aponte quais princípios são próprios e aplicados atualmente à estrutura linear:

- a) cadeia escalar, subordinação dos interesses individuais aos gerais, remuneração do pessoal, variedade de comando.
- b) supervisão única, unidade de direção, centralização da autoridade e cadeia escalar.
- c) subordinação dos interesses individuais aos gerais, remuneração do pessoal, estabilidade do pessoal e linhas diretas de comunicação e linhas formais de comunicação.
- d) autoridade e responsabilidade, divisão do trabalho, organicidade e flexibilidade.
- e) remuneração do pessoal, estabilidade do pessoal, centralização da autoridade e foco no lucro e nos resultados.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

19. Das letras abaixo, marque a alternativa que descreve a opção que não é exibida no menu propriedades, do Windows Explorer, ao selecionarmos um arquivo.

- a) O tamanho do arquivo.
- b) O local onde ele se encontra armazenado no disco.
- c) A data e a hora da sua criação.
- d) A quantidade de caracteres que o arquivo possui
- e) o nome do arquivo

20. A URL é formada por várias partes. A que indica o domínio vem logo após o (a):

- a) protocolo
- b) caminho
- c) query
- d) elemento
- e) email

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

21. Sobre a classificação das constituições, considere as assertivas abaixo

- I. As constituições outorgadas são aquelas impostas sem participação popular, como a Constituição brasileira de 1824.
- II. Constituições rígidas são aquelas que podem ser alteradas pelo mesmo processo legislativo ordinário utilizado para a modificação das leis comuns.
- III. Constituições dirigentes estabelecem diretrizes para a atuação estatal, sendo a CF/1988 um exemplo desse tipo de constituição.
- IV. A classificação ontológica divide as constituições em normativas, nominativas e semânticas, sendo a CF/1988 considerada normativa.
- V. Constituições sintéticas possuem extenso detalhamento de temas jurídicos, enquanto constituições analíticas restringem-se a princípios fundamentais.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e V.
- b) I, III e IV.
- c) II, III e IV.
- d) I, III, IV e V.
- e) III, IV e V.

22. Sobre a Teoria Geral dos Direitos Fundamentais, assinale a alternativa correta:

- a) Os direitos do homem são aqueles positivados em textos constitucionais ou em tratados internacionais de proteção aos direitos humanos.
- b) A doutrina majoritária reconhece a existência de cinco gerações de direitos fundamentais, sendo a quarta geração relacionada aos direitos difusos e coletivos e a quinta geração voltada à igualdade de gênero.
- c) A característica da universalidade dos direitos fundamentais implica que todos os indivíduos, sem distinção, possuem os mesmos direitos em qualquer tempo e lugar, independentemente de sua condição específica.
- d) Os direitos fundamentais podem ser restringidos em situações excepcionais, como no estado de sítio e no estado de defesa, respeitando-se, contudo, o núcleo essencial desses direitos.
- e) A eficácia horizontal dos direitos fundamentais se restringe às relações entre o indivíduo e o Estado, não se aplicando às relações entre particulares.

23. Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos previstos na CF/1988, assinale a alternativa correta:

- a) O direito de petição pode ser exercido para defesa de direitos próprios ou de terceiros e sempre requer o pagamento de taxas administrativas.
- b) A obtenção de certidões em repartições públicas pode ser feita para esclarecimento de situações de interesse pessoal e também para questionamento de atos administrativos de terceiros.
- c) O direito à informação assegura a todos o acesso irrestrito a qualquer documento em posse da Administração Pública, sem exceções ou restrições.
- d) O direito de petição e o direito à obtenção de certidões são garantias fundamentais que independem do pagamento de taxas.
- e) O *habeas corpus* é o remédio constitucional adequado para garantir o direito de obter certidões públicas em repartições governamentais, sendo o instrumento correto para contestação de omissões administrativas.

24. Sobre a federação brasileira, assinale a alternativa correta:

- a) A federação brasileira foi formada a partir de um movimento centrípeto, no qual Estados soberanos decidiram se unir para formar um Estado federal.
- b) A federação caracteriza-se pela descentralização política, conferindo autonomia a seus entes, que possuem soberania e podem se separar da União se desejarem.
- c) A principal diferença entre federação e confederação é que, na federação, os entes possuem autonomia, mas não soberania, enquanto na confederação os Estados-membros são soberanos e podem se desligar livremente.
- d) O Brasil adota o modelo de federalismo dual, no qual os entes federativos atuam de forma independente, sem compartilhamento de competências ou cooperação entre si.
- e) Os Territórios Federais são entes federativos autônomos, dotados de auto-organização, autoadministração e capacidade legislativa própria.

25. Sobre o Poder Judiciário na CF/1988, assinale a alternativa correta

- a) O Brasil adota o sistema francês de jurisdição, no qual determinados litígios administrativos podem ser resolvidos de forma definitiva por órgãos da Administração Pública, sem possibilidade de revisão pelo Poder Judiciário.
- b) O princípio da inafastabilidade da jurisdição assegura que nenhuma lesão ou ameaça a direito pode ser excluída da apreciação do Poder Judiciário, salvo nos casos expressamente previstos em lei.
- c) O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), criado pela Emenda Constitucional nº 45/2004, possui competência jurisdicional para revisar decisões judiciais de qualquer órgão do Poder Judiciário.
- d) Os Tribunais Superiores são compostos exclusivamente por magistrados de carreira, garantindo que todos os seus membros tenham passado pelo estágio inicial da magistratura.
- e) O Supremo Tribunal Federal é simultaneamente a Corte Constitucional e o órgão máximo do Poder Judiciário, possuindo competência para processar e julgar ações diretas de inconstitucionalidade e recursos extraordinários.

26. Sobre o processo legislativo previsto na CF/1988, assinale a alternativa correta

- a) O processo legislativo compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis ordinárias, leis complementares, leis delegadas, medidas provisórias, decretos presidenciais e resoluções.
- b) O princípio da simetria impõe que as regras básicas do processo legislativo estabelecidas na CF/1988 sejam obrigatoriamente observadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.
- c) O controle judicial preventivo da constitucionalidade pode ser realizado pelo Supremo Tribunal Federal por meio de ação direta de inconstitucionalidade antes da promulgação de uma lei.
- d) O veto presidencial é ato político irrevogável, não podendo ser superado pelo Congresso Nacional, ainda que a maioria absoluta dos parlamentares vote pela sua rejeição.
- e) As medidas provisórias são incluídas no processo legislativo comum, devendo seguir o mesmo rito de tramitação das leis ordinárias.

27. Sobre os princípios da Administração Pública previstos na CF/1988, assinale a alternativa correta

- a) O princípio da moralidade administrativa impõe que os atos da Administração Pública sejam praticados estritamente conforme a lei, sem considerar aspectos éticos ou de boa-fé.
- b) O princípio da impessoalidade impede que qualquer agente público seja responsabilizado por atos praticados no exercício de sua função, uma vez que a ação administrativa é atribuída apenas ao Estado.
- c) O princípio da publicidade exige que todos os atos da Administração Pública sejam divulgados integralmente, sem qualquer exceção ou restrição quanto ao sigilo.
- d) O princípio da legalidade significa que a Administração Pública só pode agir conforme a lei, ao contrário dos particulares, que podem fazer tudo o que a lei não proíbe.
- e) O princípio da eficiência tem fundamento apenas na esfera privada e não se aplica à Administração Pública, uma vez que a burocracia estatal não deve ser pautada pela obtenção de resultados.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

28. O princípio da indisponibilidade do interesse público impõe limites à atuação do agente público, permitindo-lhe exercer amplos poderes, desde que não contrarie o interesse público. Sobre esse princípio, é correto afirmar que:

- a) Apesar de expressamente previsto na Constituição, não possui impacto prático no direito brasileiro, em razão da dificuldade de definição do seu conteúdo.
- b) O interesse público pode ser compreendido por meio da distinção entre interesse público primário, correspondente à soma dos interesses individuais, e interesse público secundário, que representa os interesses do Estado como sujeito de direitos.

c) O princípio decorre da supremacia do interesse público sobre o interesse individual, que deve sempre se submeter à vontade da coletividade, representada pela atuação estatal, quando em conflito com essa vontade.

d) Esse princípio inviabiliza a adoção da arbitragem pela Administração Pública, devido à impossibilidade de o agente público dispor sobre os interesses públicos que representa.

e) Não integra a ordem jurídica brasileira, pois não está expresso no texto constitucional nem pode ser inferido a partir dos demais princípios administrativos constitucionais.

29. Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o poder de polícia, a teoria do ciclo de polícia é composta, em sua totalidade, pelas seguintes fases:

a) Ordem, fiscalização e sanção, sendo apenas a sanção indelegável a pessoas jurídicas de direito privado da Administração Pública brasileira.

b) Ordem, consentimento, fiscalização e sanção, sendo somente a sanção indelegável a pessoas jurídicas de direito privado da Administração Pública brasileira.

c) Ordem, fiscalização e sanção, sendo apenas a fiscalização indelegável a pessoas jurídicas de direito privado da Administração Pública brasileira.

d) Ordem, consentimento e sanção, sendo apenas o consentimento indelegável a pessoas jurídicas de direito privado da Administração Pública brasileira.

e) Ordem, consentimento, fiscalização e sanção, sendo apenas a ordem indelegável a pessoas jurídicas de direito privado da Administração Pública brasileira.

30. No exercício da autotutela, a Administração pode extinguir atos administrativos por manifestação de vontade, abrangendo as seguintes situações:

- I. Extinção de um ato administrativo discricionário devido à superveniente incompatibilidade da situação nele prevista com a legislação vigente.
- II. Extinção de um ato administrativo em razão da superveniência de uma ilegalidade atribuída ao beneficiário.
- III. Extinção de um ato administrativo em função do reconhecimento de um vício grave e insanável.

As situações I, II e III correspondem, respectivamente, às seguintes formas de extinção:

- a) caducidade, cassação e anulação.
- b) revogação, anulação e caducidade.
- c) anulação, cassação e revogação.
- d) revogação, cassação e anulação.
- e) caducidade, revogação e cassação.

31. A Administração Federal brasileira no âmbito do Poder Executivo é composta pela Administração direta, que engloba os serviços integrados à estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios, e pela Administração indireta, que abrange entidades com personalidade jurídica própria, incluindo autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas.

Com relação à Administração indireta e suas categorias de entidades, considera-se que:

- a) As fundações públicas são criadas para desenvolver atividades que não demandam execução por órgãos ou entidades de direito público, possuindo autonomia administrativa e patrimônio próprio.
- b) As autarquias são criadas para desempenhar atividades atípicas da Administração Pública, exigindo, para seu adequado funcionamento, gestão administrativa centralizada e gestão financeira publicizada.
- c) Nas fundações públicas, a administração patrimonial é de responsabilidade exclusiva do

Poder Executivo, e seu funcionamento é custeado integralmente por recursos da União.

- d) Nas sociedades de economia mista, o controle acionário pertence exclusivamente ao setor privado, e essas entidades não podem atuar em atividades econômicas nem prestar serviços.
- e) As sociedades de economia mista e as autarquias são entidades sem personalidade jurídica, não podendo explorar atividades econômicas ou possuir receitas próprias.

32. No que se refere à delegação e à avocação da competência administrativa, conforme a Lei nº 9.784/99, é correto afirmar que:

- a) A competência administrativa não pode ser objeto de delegação, contudo, pode ser de avocação.
- b) A competência administrativa pode ser renunciada nos casos em que a delegação e a avocação sejam legalmente permitidas.
- c) A delegação não precisa ser específica, sendo admitida a delegação genérica, desde que o ato seja devidamente publicado no diário oficial.
- d) Podem ser delegadas a edição de atos de caráter normativo, a decisão de recursos administrativos e as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.
- e) A delegação não exige, necessariamente, uma relação hierárquica entre os envolvidos, enquanto a avocação pressupõe essa relação, pois a lei prevê a possibilidade de avocação temporária de competência atribuída a um órgão hierarquicamente inferior.

33. W, servidor público, ao responder a um questionamento formulado por autoridade superior, precisou indicar um exemplo que represente o controle interno da Administração Pública.

Nesse contexto, uma alternativa correta que W pode apresentar é:

- a) A revogação de ato administrativo que deixou de atender ao interesse público, no exercício da autotutela.
- b) A anulação de ato administrativo com vício insanável, reconhecida pelo Poder Judiciário em razão de ação proposta pelo interessado.
- c) O controle contábil, orçamentário, financeiro, patrimonial e operacional realizado com o apoio dos Tribunais de Contas.
- d) A concessão de ordem judicial em mandado de segurança impetrado por quem teve direito líquido e certo violado.
- e) O ato de sustação dos contratos administrativos efetuado diretamente pela Casa Legislativa após manifestação da respectiva Corte de Contas.

34. A Constituição Federal de 1988 estabelece que, no que se refere à responsabilidade civil do Estado:

- a) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado que prestam serviços públicos responderão pelos danos causados a terceiros por seus agentes, quando atuarem nessa qualidade, sendo prescindível a demonstração do dolo ou culpa.
- b) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado que prestam serviços públicos responderão pelos danos causados a terceiros por seus agentes, quando atuarem nessa qualidade, sendo imprescindível a comprovação de dolo ou culpa.
- c) Somente as pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos causados a terceiros por seus agentes, quando atuarem nessa qualidade, sendo imprescindível a comprovação de dolo ou culpa.

d) Somente as pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos causados a terceiros por seus agentes, quando atuarem nessa qualidade, cabendo direito de regresso contra o agente nos casos de dolo ou culpa.

e) Somente as pessoas jurídicas integrantes da administração direta e indireta responderão pelos danos causados a terceiros por seus agentes, quando atuarem nessa qualidade, cabendo direito de regresso contra o agente nos casos de dolo ou culpa.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

35. Assinale a alternativa correta com relação às disposições da LINDB sobre o conflito de leis no tempo:

- a) A revogação tácita ocorre somente quando a nova lei expressamente declara revogar a lei anterior.
- b) A revogação de uma lei geral ocorre automaticamente quando da publicação de uma lei especial sobre a mesma matéria.
- c) A lei revogada volta automaticamente a vigor caso a lei revogadora perca sua vigência, salvo disposição em contrário.
- d) A lei nova, ao revogar lei anterior, não poderá prejudicar o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
- e) Uma lei temporária permanece em vigor indefinidamente, salvo revogação expressa

36. Assinale a alternativa correta quanto ao início da personalidade civil segundo o Código Civil brasileiro:

- a) A personalidade civil começa com a concepção, assegurando ao nascituro todos os direitos sem restrições.
- b) O nascituro possui personalidade plena desde a concepção, mas condicionada ao nascimento com vida.
- c) Segundo a teoria adotada pelo Código Civil, a personalidade começa no nascimento com vida, sendo assegurados certos direitos ao nascituro.
- d) O natimorto adquire personalidade jurídica plena pelo simples fato de ter sido concebido.
- e) Para o Direito Civil brasileiro, o embrião pré-implantado já é considerado nascituro, tendo plena personalidade.

37. Sobre as características e a personificação das pessoas jurídicas, analise os itens a seguir:

- I. As pessoas jurídicas possuem capacidade de direito e capacidade de fato, permitindo-lhes titularizar relações jurídicas próprias.
- II. A autonomia patrimonial é absoluta, não sendo possível responsabilizar a pessoa jurídica por atos de administradores que extrapolem seus poderes definidos no ato constitutivo, ainda que haja benefício decorrente destes atos.
- III. A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com a assinatura do ato constitutivo pelos sócios.
- IV. As fundações privadas possuem finalidade inalterável, podendo, entretanto, seu estatuto ser alterado por deliberação da maioria simples dos administradores.

Estão corretos apenas os itens:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- e) Somente I está correto.

38. Acerca da classificação dos bens segundo o CC/2002, analise as seguintes assertivas:

- I. Os bens imóveis por sua natureza incluem o solo e tudo quanto se lhe incorporar naturalmente, como árvores e frutos pendentes ou artificialmente.
- II. A distinção entre bens móveis e imóveis decorre exclusivamente de sua materialidade, sem considerar a destinação econômica.
- III. Os bens infungíveis são aqueles que podem ser substituídos por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade, sem alteração no valor ou na substância.
- IV. As pertenças são bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam de modo duradouro ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro bem principal.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- b) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

39. A Teoria do Fato Jurídico é fundamental para a compreensão do Direito Civil, pois explica como os fatos do mundo real podem ser juridicizados e gerar efeitos jurídicos. Nem todos os fatos da vida são relevantes para o Direito, mas quando determinados fatos se encaixam nos suportes fáticos previstos pela norma, eles adquirem relevância jurídica.

Com base nessa teoria, analise as seguintes assertivas:

- I. A juridicização de um fato ocorre quando ele preenche o suporte fático previsto na norma jurídica, tornando-se juridicamente existente, válido e eficaz.
- II. Todo fato que tem relevância social também terá relevância jurídica, pois o Direito busca regular todas as situações que impactam a sociedade.
- III. O suporte fático é composto por elementos subjetivos e objetivos, sendo que a ausência de qualquer um deles pode afetar a incidência da norma sobre o fato concreto.
- IV. A distinção entre fato jurídico, ato jurídico e negócio jurídico está relacionada ao papel da vontade humana na produção dos efeitos jurídicos.

Com base na análise acima, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- b) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

40. Cláudio e Antônio eram empregados da Mineradora 123 LTDA e foram ambos demitidos sem justa causa no ano de 2010. Em março de 2025

os amigos se encontraram em um bar em Campinas-SP e passaram a lembrar os tempos antigos. Após algum tempo e alterados pelo álcool discutiram sobre as demissões ocorridas e acabaram agredindo-se fisicamente de forma mútua. Diante da situação, Antônio ajuizou ação de indenização por danos materiais e morais em desfavor de Cláudio que, por sua vez, apresentou reconvenção em desfavor de Antônio. Sobre a referida situação, é correto afirmar que:

- a) Caso Antônio desista da sua ação, haverá a perda superveniente do interesse de agir da reconvenção, que também deverá ser extinta.
- b) Cláudio pode apresentar reconvenção independentemente de oferecer contestação.
- c) Proposta a reconvenção, Antônio será citado pessoalmente para apresentação de resposta.
- d) Contestação e reconvenção necessariamente precisam ser apresentadas em peças separadas.
- e) Caso Cláudio entenda pela responsabilidade de terceira pessoa, não poderá propor a reconvenção em desfavor dela, uma vez que não ajuizou a ação principal

41. De acordo com as normas do Código de Processo Civil acerca das despesas, honorários advocatícios e multa.

- a) As despesas abrangem, dentre outras, a indenização de viagem e a diária de testemunha.
- b) Não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, ainda que tenha sido impugnada.
- c) Incumbe ao Estado adiantar as despesas relativas a ato cuja realização o juiz determinar de ofício ou a requerimento do Ministério Público.
- d) Os advogados públicos não perceberão honorários de sucumbência, devendo ser remunerados exclusivamente via subsídio.
- e) Concorrendo diversos autores ou diversos réus, os vencidos respondem igualmente pelas despesas e pelos honorários.

42. O juízo X proferiu decisão saneadora em que rejeitou o pedido de limitação de litisconsórcio, acolheu o pedido de deferimento de gratuidade de justiça do réu; e admitiu intervenção de terceiros. Caberá agravo de instrumento em razão:

- a) Da rejeição da limitação de litisconsórcio e da admissão da intervenção de terceiro, apenas.
- b) Da rejeição da limitação de litisconsórcio e do deferimento da gratuidade de justiça do réu, apenas.
- c) De todos os pontos citados da decisão.
- d) Da admissão da intervenção de terceiro, apenas.
- e) Da rejeição da limitação de litisconsórcio, apenas.

43. De acordo com o Código de Processo Civil, a impenhorabilidade:

- a) é oponível à execução de dívida relativa ao próprio bem, inclusive àquela contraída para sua aquisição.
- b) é oponível à execução de dívida relativa ao próprio bem, ressalvada àquela contraída para sua aquisição.
- c) não é oponível à execução de dívida relativa ao próprio bem, inclusive àquela contraída para sua aquisição.
- d) não é oponível à execução de dívida relativa ao próprio bem, ressalvada àquela contraída para sua aquisição.
- e) não alcança, à falta de outros bens, os frutos e os rendimentos dos bens inalienáveis.

44. De acordo com as normas do Código de Processo Civil acerca da gratuidade da justiça,

- a) A concessão de gratuidade afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.
- b) A concessão de gratuidade não afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.
- c) A gratuidade não poderá consistir na redução percentual de despesas processuais
- d) Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa jurídica.
- e) A assistência do requerente por advogado particular impede a concessão de gratuidade da justiça.

45. Em determinada demanda foi fixado – de acordo com as normas legais – calendário para a prática dos atos processuais. Nessa hipótese, segundo o Código de Processo Civil:

- a) O calendário não pode vincular o juiz.
- b) Os prazos nele previstos não podem ser modificados.
- c) É necessária a intimação das partes para a prática de ato processual designado no calendário.
- d) O calendário pode ser oposto unilateralmente pelo juiz.
- e) Os prazos nele previstos somente serão modificados em casos excepcionais, devidamente justificados.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO*Adriana Menezes*

46. Acerca do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), seus beneficiários e a forma de custeio, assinale a opção correta.

- a) O segurado que deixar de exercer atividade remunerada e cessar suas contribuições, permanecerá vinculado ao RGPS pelo período mínimo de até 24 meses, conservando seus direitos perante a previdência social.
- b) O brasileiro que trabalha para a União, no exterior, em organismo internacional no qual o Brasil é membro efetivo, não sendo segurado na forma da legislação vigente do país do domicílio, é segurado obrigatório do RGPS, na condição de contribuinte individual.
- c) O segurado especial não perde seu enquadramento perante o RGPS se exercer atividade remunerada em cooperativa de crédito rural, desde que seja sem dedicação exclusiva ou regime integral de trabalho.
- d) O empregado doméstico contribuirá para a previdência social, aplicando-se alíquota única sobre o valor total do seu salário de contribuição mensal, devendo recolher o quantum devido até o dia 07 do mês subsequente ao da competência.
- e) Pelo princípio da equidade na forma de participação do custeio, as alíquotas da contribuição das empresas para o seguro de acidente do trabalho (SAT) serão reduzidas em até quarenta por cento ou aumentadas em até cem por cento em razão do desempenho da empresa, individualizada pelo seu CNPJ em relação à sua atividade econômica, aferido pelo Fator Acidentário de Prevenção – FAP.

47. O Regime Geral de Previdência Social garante aos seus segurados o benefício da aposentadoria. Acerca dos benefícios de aposentadoria, nos termos da legislação previdenciária, marque a opção correta.

- a) A renda mensal da aposentadoria por tempo de contribuição devida ao segurado com deficiência corresponde a 100% do salário de benefício.
- b) A concessão da aposentadoria especial dependerá de comprovação pelo segurado, perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, do tempo de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente, em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante o período mínimo fixado.
- c) O professor poderá se aposentar aos 60 anos de idade, se homem e aos 57 anos de idade, se mulher. Ambos terão que cumprir, no mínimo, 25 anos de contribuição no exercício efetivo do magistério da educação básica e do ensino superior.
- d) Têm direito à aposentadoria especial apenas o segurado empregado e o trabalhador avulso, observados os requisitos de acesso e carência.
- e) O segurado especial poderá ter aposentadoria especial aos 60 anos de idade, se homem e aos 55 anos de idade, se mulher.

48. O Regime Geral de Previdência Social concede vários benefícios aos seus segurados e dependentes. Acerca dos benefícios por incapacidade, assinale a opção correta.

- a) Doença ou lesão anterior à filiação do segurado ao Regime Geral de Previdência Social não lhe conferirá direito ao auxílio por incapacidade temporária ou à aposentadoria por incapacidade permanente, nem mesmo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.
- b) O aposentado por incapacidade permanente com HIV/AIDS deverá ser submetido, a cada dois anos, à nova avaliação realizada pela perícia médica federal para fins de verificar se as condições que ensejaram a concessão da aposentadoria permanecem.
- c) O segurado aposentado pelo RGPS que continuar trabalhando na iniciativa privada e ficar incapacitado temporariamente para o trabalho habitual por mais de 15 dias consecutivos, terá direito de receber auxílio por incapacidade temporária, sem prejuízo de sua aposentadoria.
- d) O auxílio por incapacidade temporária será devido ao segurado recluso, mesmo em regime fechado.
- e) O segurado, vítima de acidente vascular encefálico (agudo), poderá receber benefício por incapacidade temporária ou permanente, sem ter que cumprir a carência mínima de 12 contribuições.

49. A Emenda Constitucional n. 103/2019 trouxe novas regras de aposentadoria para os servidores públicos amparados por regime próprio de previdência social. No tocante ao servidor público federal, analise as alternativas e marque aquela que traz a informação correta.

- a) Os servidores ocupantes exclusivamente de cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração, cargo temporário, incluído mandato eletivo, estarão amparados pelo regime próprio de previdência social. Mas, aquele que ocupar emprego em empresa pública federal estará, obrigatoriamente, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).
- b) O servidor público da União será aposentado compulsoriamente aos 75 anos com proventos integrais.
- c) O servidor público da União poderá se aposentar aos 60 anos de idade e 35 anos de contribuição, se homem, e aos 55 anos de idade e 30 anos de contribuição, se mulher.
- d) O servidor público da União poderá se aposentar aos 65 anos de idade, se homem, e aos 62 anos de idade, se mulher, atendendo aos demais requisitos trazidos pela EC n. 103/2019.
- e) O servidor que optar por permanecer em atividade após completar as exigências da aposentadoria voluntária fará jus ao abono de permanência em serviço, com valor equivalente, no mínimo, ao de sua contribuição previdenciária para o regime próprio de previdência social da União.

50. Em relação ao regime de previdência complementar e ao regime de previdência complementar dos servidores públicos federais, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) As entidades de previdência complementar constituirão reservas técnicas, provisões e fundos, de conformidade com os critérios e normas fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, sendo vedado o estabelecimento de aplicações compulsórias ou limites mínimos de aplicação.
- b) O servidor efetivo do Tribunal Regional de Trabalho da 5ª Região, participante do plano de previdência complementar da FUNPESP-JUD, poderá optar pelo benefício proporcional diferido quando estiver licenciado com remuneração.
- c) Os servidores que irão ingressar no cargo de Analista Judiciário do TRT da 5ª Região, com remuneração superior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, serão automaticamente inscritos no plano de previdência complementar da FUNPESP-JUD desde a data de entrada em exercício, ficando-lhe, porém, assegurado o direito de requerer, a qualquer tempo, o cancelamento de sua inscrição, nos termos do regulamento do plano de benefícios.
- d) A União, suas autarquias e fundações são responsáveis, na qualidade de patrocinadores, pelo aporte de contribuições e pelas transferências às entidades fechadas de previdência complementar das contribuições descontadas dos seus servidores.
- e) A entidade de previdência complementar a que será automaticamente inscrito o servidor que ingressar no cargo de Analista Judiciário do TRT da 5ª Região somente pode oferecer plano de benefícios na modalidade de contribuição definida.

DIREITO DO TRABALHO

Antônio Daud

51. Assinale a alternativa que CONTRARIA entendimentos jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca da tutela ao mercado de trabalho da mulher:

- a) A incidência da estabilidade provisória da gestante somente exige a anterioridade da gravidez à dispensa sem justa causa.
- b) A mãe trabalhadora não gestante em união homoafetiva tem direito ao gozo de licença-maternidade. Caso a companheira tenha utilizado o benefício, fará jus à licença pelo período equivalente ao da licença-paternidade.
- c) A trabalhadora gestante tem direito ao gozo de licença maternidade e à estabilidade provisória, independentemente do regime jurídico aplicado, se contratual ou administrativo, ainda que seja contratada por tempo determinado.
- d) A trabalhadora gestante tem direito ao gozo de licença maternidade e à estabilidade provisória, independentemente do regime jurídico aplicado, se contratual ou administrativo, ainda que ocupe cargo em comissão.
- e) Se, ao dar à luz, houver necessidade de internação por mais de 1 semana, a licença deverá se iniciar somente a partir da alta hospitalar, da mãe ou do recém-nascido, o que ocorrer por último, prorrogando-se ambos os benefícios por igual período ao da internação.

52. De acordo com as regras constitucionais, é proibido

- a) qualquer trabalho ao menor de 16 anos.
- b) qualquer trabalho ao menor de 14 anos.
- c) o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo, nesta idade, na condição de aprendiz.
- d) o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de vinte e um anos e de qualquer trabalho a menores de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de dezesseis anos.
- e) qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

53. Segundo prevê a CLT, o pagamento do salário a que faz jus o empregado deverá ocorrer, o mais tardar até o

- a) quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, quando houver sido estipulado por mês.
- b) quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, no caso do trabalhador intermitente.
- c) último dia útil do mês vencido, quando houver sido estipulado por mês.
- d) primeiro dia útil do mês subsequente ao vencido, quando houver sido estipulado por mês.
- e) terceiro dia útil do mês subsequente ao vencido, quando houver sido estipulado por mês.

54. Acerca das situações especiais de jornada de trabalho, julgue os itens abaixo:

- I. O trabalhador em atividade de digitação equiparase aos trabalhadores nos serviços de mecanografia, fazendo jus a intervalos de descanso de 20 minutos, a cada 1h40min de trabalho consecutivo.
- II. Empregado submetido a trabalho contínuo em ambiente artificialmente frio, tem direito à pausa remunerada de 20 minutos, a cada 1h40min, mesmo que não labore em câmara frigorífica.

III. No regime de revezamento, caso o empregador conceda corretamente o repouso semanal de 24 horas, ele é dispensado, naquele dia, de conceder o intervalo mínimo de onze horas consecutivas para descanso entre jornadas, já que o empregado já gozou do seu descanso em conformidade com as regras de saúde no trabalho.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) II.
- c) I e II.
- d) III.
- e) II e III.

55. Julgue os itens abaixo acerca da insalubridade e da periculosidade:

- I. São consideradas penosas as atividades laborais sujeitas a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial.
- II. É devido o pagamento do adicional de periculosidade ao empregado que desenvolve suas atividades em edifício vertical, em pavimento distinto daquele onde estão instalados tanques para armazenamento de líquido inflamável, em quantidade acima do limite legal.
- III. A caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade far-se-ão através de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, embora o enquadramento do grau de insalubridade seja assunto no qual o negociado poderá prevalecer sobre o legislado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) II.
- c) II e III.
- d) III.
- e) I.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO*Bruno Klippel*

56. A Consolidação das Leis do Trabalho apresenta um rol dos recursos admitidos no Processo Judiciário do Trabalho, dentre os quais estão incluídos

- a) embargos no Tribunal Superior do Trabalho de decisão não unânime de julgamento que homologar conciliação em dissídios coletivos que excedam a competência territorial dos Tribunais Regionais do Trabalho.
- b) agravos de instrumento retidos para decisões interlocutórias que possam gerar nulidade processual.
- c) embargos infringentes para turma recursal de primeira instância nas ações que tramitam pelo rito sumário.
- d) apelações contra acórdão do Tribunal Regional onde não houve unanimidade na Turma.
- e) recursos especiais para o Superior Tribunal de Justiça em caso de ofensa literal à Constituição Federal.

57. Conforme as regras aplicáveis à execução no direito processual do trabalho e jurisprudência sumulada do TST, é INCORRETO afirmar:

- a) Na execução por carta precatória, os embargos de terceiro serão oferecidos no juízo deprecado, salvo se indicado pelo juízo deprecante o bem constrito ou se já devolvida a carta (art. 676, parágrafo único, do CPC de 2015).
- b) Compete à Justiça do Trabalho a execução dos termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho, os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia e, ex officio, as contribuições sociais devidas em decorrência de decisão proferida pelos Juízes e Tribunais do Trabalho, resultantes de condenação ou homologação de acordo judicial.

- c) Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 5 dias para apresentar embargos; sendo que a matéria de defesa será restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida, não cabendo instrução probatória por meio de testemunhas.
- d) Não fere direito líquido e certo do impetrante o ato judicial que determina penhora em dinheiro do executado, em execução definitiva, para garantir crédito exequendo, uma vez que obedece à gradação prevista no art. 655 do CPC.
- e) Em se tratando de execução provisória, não fere direito líquido e certo do impetrante a determinação de penhora em dinheiro, quando nomeados outros bens à penhora.

58. Odin pretende mover ação trabalhista em face da sua empregadora Empresa Pública Delta S/A, por entender que o seu gerente cometeu ato ilícito que lhe feriu a honra e boa fama, postulando indenização por danos morais no valor de R\$ 100.000,00, cumulada com pedido de pagamento de diferenças de comissões ajustadas no valor de R\$ 5.000,00. Segundo regras contidas em legislação própria quanto à competência territorial, a ação deve ser proposta na Vara

- a) do local onde foi celebrada a sua contratação.
- b) da localidade em que a empresa tenha agência ou filial e a esta o empregado esteja subordinado.
- c) do foro de eleição previsto no contrato de trabalho firmado entre as partes.
- d) da Justiça Federal da Capital do Estado onde a ré tenha sede, por se tratar de empresa pública.
- e) do foro de celebração do contrato ou no foro de domicílio do gerente que lhe ofendeu, em razão de ser esse o principal pedido do autor.

- 59.** Com relação ao procedimento sumaríssimo, a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece que
- a) os dissídios individuais, cujo valor não exceda a 60 vezes o salário-mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.
 - b) o juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, considerado o ônus probatório de cada litigante, podendo limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias, bem como para apreciá-las e dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.
 - c) estão incluídas no procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração pública direta, autárquica e fundacional.
 - d) sobre os documentos apresentados por uma das partes manifestar-se-á a parte contrária em até 5 dias, a critério do juiz.
 - e) em nenhuma hipótese admitir-se-á a realização de prova técnica, incumbindo ao juiz, quando sua realização for necessária, converter o rito para o procedimento ordinário.
- 60.** No tocante às custas processuais, a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece que
- a) o pagamento das custas, sempre que houver acordo, caberá à Reclamada, pois deu causa ao processo.
 - b) as custas serão, em qualquer caso, pagas pelo vencido, antes do trânsito em julgado da decisão.
 - c) no processo de execução são devidas custas, de responsabilidade do executado ou do exequente, conforme o caso, sendo pagas após a liquidação de sentença.
 - d) não sendo líquida a condenação, o juízo arbitrar-lhe-á o valor e fixará o montante das custas processuais.
 - e) apenas nos dissídios individuais, no exercício da jurisdição trabalhista, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 1%, sem observância de importância mínima.

Estudo de Caso 1

Uma determinada categoria profissional acertou, em convenção coletiva com a categoria econômica, que a jornada de trabalho dos empregados passaria a ser, a partir de fevereiro de 2023, de 4 horas diárias durante os 7 dias da semana. Em contrapartida, os trabalhadores não teriam repouso semanal remunerado, pois mesmo sem o repouso, a jornada seria de 28 horas semanais, inferior ao módulo constitucional.

Considerando esses fatos e o que dispõe a CLT, responda às indagações a seguir.

- a) Quanto à supressão do repouso semanal remunerado, a norma coletiva é válida? Justifique.
 - b) Se empregado dessa sociedade empresária considerasse injusta a cláusula e quisesse anulá-la judicialmente, contra quem se deveria ajuizar a ação? Justifique.
-

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estudo de Caso 2

Um decreto municipal determinou que a rua em que funcionava uma oficina mecânica deveria ser fechada para a circulação de veículos, considerando-a como área de lazer. Essa medida tornou impossível a continuidade dos negócios da oficina e acarretou o encerramento das suas atividades.

O empregador quitou as rescisões dos contratos de trabalho dos empregados, sem, contudo, pagar a multa rescisória. Em razão disso, houve o ajuizamento de reclamação trabalhista de um ex-empregado requerendo o pagamento da multa rescisória e da multa do Art. 477 da CLT.

A sentença julgou procedente o pedido da multa rescisória e improcedente o pedido da multa do Art. 477 da CLT. Inicialmente a parte ré se conformou com a decisão. Porém, a parte autora recorreu e o processo encontra-se no prazo de resposta deste recurso da parte autora.

Diante destes fatos, na qualidade de advogado da oficina mecânica ré, responda aos itens a seguir.

- a) Qual a tese jurídica a ser defendida para o não pagamento da indenização rescisória dos contratos? Justifique.
- b) Qual a medida processual a ser adotada para viabilizar o reexame da sentença de procedência quanto ao deferimento do pedido de pagamento da multa rescisória? Justifique.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
